O Pará e seu novo pilar do desenvolvimento e promoção da sustentabilidade

Por Valmir Gabriel Ortega
Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará
valmir.ortega@sema.pa.gov.br

O estado do Pará reúne as maiores contradições e desafios da Amazônia. As contradições se configuram no passivo de problemas que historicamente foi acumulado, resultante da degradação ambiental, da pobreza, da violência no campo, do trabalho degradante, o que levou o estado a índices extremamente desfavoráveis à sua imagem e à perspectiva do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o Pará conseguiu dar um salto nos últimos anos, por meio de uma ação forte e integrada ao Governo Federal que resultou na criação e implementação de suas unidades de conservação, na homologação e proteção dos territórios indígenas, na proteção dos territórios ocupados por populações tradicionais e numa redução significativa dos índices de degradação ambiental e perda de biodividade.

Esse histórico de degradação e os esforços recentes de reversão desse quadro configuraram uma paisagem bastante distinta entre a porção leste do estado, de ocupação mais intensa e com maiores áreas desflorestadas – e a porção oeste com mais de 80% da área com cobertura florestal sendo a maior parte protegidas em unidades de conservação e terras indígenas. Essa paisagem diferenciada do Pará impõem efeitos e impactos distintos quanto às mudanças climáticas globais, seja pela posição extremo oriental, do Pará na Amazônia, o que amplifica o efeito de borda na floresta, intensificado pelo emprobecimento dos remanescentes florestais provocado pelo desmatamento; seja pela importância que adquirem as áreas protegidas, na porção oeste, no processo de resiliência da floresta às ações antrópicas e aos efeitos das mudanças climáticas.

Esse cenário diferenciado impõem o desafio de combinação de estratégias próprias para o enfrentamento das mudanças climáticas no estado. De um lado, a urgência na criação de instrumento que premiem os esforços de combate e redução do desmatamento, a

exemplo da proposta do governo brasileiro apresentada na última Conferência do Clima. De outro lado, a possibilidade de implementação de um intenso processo de restauração florestal, que seja promovido através da combinação de diferentes instrumentos de financiamento, incluindo a emissão de crédito de carbono, o que poderia alcançar o reflorestamento com espécies nativas de uma área superior a 5 milhões de hectares.

Espaços especialmente protegidos e a promoção do desenvolvimento sustentável

O Pará tem hoje um território especialmente protegido em unidade de conservação e Terras Indígenas superior a 60% de sua imensa área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados. Os territórios indígenas protegem e resguardam um imenso patrimônio em biodiversidade e floresta, além da diversidade cultural que essas terras e esses povos representam. São mais de 37 etnias que ainda resistem e asseguram seu modo de produção material, cultural e social.

Temos mais de 20% do território protegido em unidades de conservação na categoria de uso sustentável, o que representa a possibilidade de pensar um outro modelo de desenvolvimento econômico, sustentado no uso ordenado e racional dos recursos naturais, sobretudo do potencial florestal, que agora, sob o marco da nova Lei de Florestas Públicas, poderão ser manejadas de forma sustentável, assegurando prioritariamente o direito das comunidades locais.

Essa nova base legal, integrada ao imenso patrimônio ambiental e florestal que o estado protege, sinaliza a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico, sobretudo para o oeste paraense. Esse desafio será implementado por meio de um conjunto de ações integradas com o governo federal com a finalidade de regularizar o manejo florestal sustentável dentro das áreas públicas, através de contratos de concessão. Esse processo, no entanto, será precedido da organização comunitária, sendo assegurado a elas, a prioridade no uso dos recursos dessas áreas públicas.

Por outro lado, na região leste, já bastante degradada, aponta também para uma economia florestal, mas nesse caso, vinculado à restauração florestal, ou seja, à recuperação de áreas degradadas. O desafio atual é transformar a resolução desses passivos ambientais, que se configuram pela ausência de reserva legal e de áreas de proteção permanente, exigidas em lei nas propriedades privadas, numa alternativa de

reflorestamento, associado à recuperação ambiental. Esse modelo tem como propósito tornar o Pará um grande restaurador de florestas.

O reflorestamento e a restauração florestal, vinculada ao uso sustentável desses recursos florestais, deverão ser os grandes pilares para o desenvolvimento de uma economia florestal capaz de gerar emprego e compatibilizar a atividade econômica com o manejo sustentável dos recursos naturais, criando um novo ambiente de negócios associado ao respeito aos direitos trabalhistas, a uma nova relação entre capital e trabalho, entre o setor empresarial e as comunidades locais, indicando um caminho de regularidade e desenvolvimento sustentável para o estado. Esse processo se levado a cabo na extensão pretendida deverá ter um efeito fundamental na mitigação e prevenção aos efeitos e impactos das mudanças climáticas globais, seja pela retenção do carbono, seja pela redução do efeito de borda no processo de empobrecimento da floresta.

Para esse conjunto de ações um tema vital é a regularização fundiária. Muito já foi desenvolvido pelo Governo Federal nesses últimos três anos, e cabe agora intensificar esse processo em articulação com o governo estadual. Dessa forma poderemos fazer com que se amplie a destinação das terras públicas, tanto para atividades de conservação e novas áreas de uso sustentável, mas também para assentamentos rurais estaduais, para a regularização fundiária de comunidades tradicionais ou de posse legítima de pequenos proprietários, que nas últimas décadas não tiveram seus direitos fundiários garantidos.

Que esse modelo seja um sinalizador ao médio e grande proprietário de como o estado fará a regularização e o ordenamento fundiário, baseada num processo de titulação que assegure os direitos fundiários de quem quer produzir, mas ao mesmo tempo ordene e regule o uso da propriedade rural, sustentado nas obrigações ambientais que esses proprietários têm e no cumprimento da função social da terra.

Esses pilares vão fazer com que sejamos capazes de reduzir a violência no campo, recuperar os passivos ambientais, coibir e bloquear o desmatamento ilegal e as ações de degradação da floresta amazônica, portanto, criar a possibilidade de um modelo de desenvolvimento capaz de conviver com a floresta em pé, com os modos tradicionais de vida da floresta, e, ao mesmo tempo, um novo ambiente empresarial que permita estabelecer um novo marco de regularidade nas relações trabalhistas.

Esses são os desafios macro que o atual governo busca. São ações que não cabem exclusivamente a uma secretaria e às vezes ao próprio estado, individualmente, mas que necessita da integração de várias áreas de governo que são interdependentes, que por sua vez estão bastante integradas ao governo federal e governos municipais. Esse conjunto de iniciativas de programas e ações busca construir uma aliança forte com a sociedade, seja com os movimentos sociais, setores empresariais ou com a sociedade civil organizada de uma forma geral, para que, mais que resolver problemas e conflitos pontuais, sejamos capazes de pactuar um novo futuro para o estado Pará, com horizonte sustentável onde possamos aliar o desenvolvimento econômico com a proteção da biodiversidade, da diversidade cultural visando a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais. A integração desses desafios vai permitir que o Pará contribua ativamente na construção de uma nova sociedade sustentável na Amazônia brasileira.